



**Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura  
do Parlamento Europeu**

**Senhoras e Senhores Eurodeputados :**

Em nome da Confederação Nacional da Agricultura, CNA, começo por agradecer o Vosso convite para participar neste debate sobre a reforma da OCM Vitivinícola.

Como nota prévia, informar que a minha Organização, a CNA, em Portugal representa e defende, predominantemente, a Agricultura Familiar.

Pois sobre o “núcleo duro” das propostas apresentadas pela Comissão Europeia para reforma da OCM do Vinho, a nossa posição é a seguinte:

-- As propostas da Comissão são contraditórias e, em nosso entender, não resolveriam a alegada crise da Vitivinicultura enquanto modificariam mesmo a própria natureza da bebida que é o Vinho.

-- A reforma da OCM em causa, embora apresentada sob os auspícios do equilíbrio de uma vitivinicultura “durável”, cujo conceito valorizamos, todavia vai no sentido de uma profunda reestruturação do sector, em benefício da concentração em grandes produtores e nas mãos das grandes firmas do vinho e do álcool. Ao mesmo tempo, volta as costas e agride a diversidade e a riqueza cultural das nossas regiões pois orienta-se, fundamentalmente, para o arranque de Vinhas Tradicionais e para o “fabrico” de um tipo de “vinhos” industrializados e tecnológicos, portanto à margem da nossa cultura e das nossas práticas enológicas mais tradicionais.

-- Enquanto fala em promover a “qualidade” – e ninguém tem nada contra a qualidade – a proposta preconiza a desregulamentação efectiva do sector, o que vai continuar a permitir o “fabrico” e a comercialização de autênticas mixórdias com a designação de “vinho”.

...

Ora, isto não tem nada a ver com uma vitivinicultura “durável”, nem com o equilíbrio da oferta e da procura e vai muito além do problema dos excedentes de vinho:- de facto, trata-se da integração do sector na lógica liberalizadora da Organização Mundial do Comércio.

Mas continuando nós:

-- Se já é escandalosa a permissão para o fabrico e comercialização das mixórdias designadas como “mistura de vinhos provenientes de vários Países da UE ”, mais grave ainda é a proposta para as misturas de mostos e vinhos de países terceiros.

-- A proposta de reduzir em 400. 000 ha a área vitícola da U.E., neste contexto, equivale a uma deslocalização da produção para outras paragens.

- É também proposto pôr fim à destilação como forma de “eliminar excedentes”, o que retira apoios financeiros a muitos milhares de milhares de produtores e às suas organizações cooperativas!

Só que por trás de cada produtor e da cada Cooperativa Vitivinícola está uma realidade económica e social, estão muitos empregos em meio rural...

Aliás, num país do sul, como é o caso de Portugal, não há grandes alternativas produtivas à cultura da vinha em vastas regiões.

**Também por isso, estranhamos:**

- Que a Comissão não proponha o arranque obrigatório das vinhas ilegais e, ao mesmo tempo, fale em suprimir os direitos de plantação!
- Que queira suprimir as ajudas à destilação e, ao mesmo tempo, autorize a importação de mostos, e mesmo de mostos não necessariamente obtidos através de uvas !

- Ao deixar desenvolver as importações de vinho, a Comissão assinala a sua vontade em que o mercado não seja mais regulado, o que contradiz as intenções da própria proposta.

Por tudo isso, a proposta prefigura uma reestruturação vitivinícola em benefício dos grandes produtores e dos maiores comerciantes, e não apresenta um conjunto de medidas de facto orientadas para impedir excedentes estruturais e para preservar, povoadas e em actividade produtiva, vastas regiões do Mundo Rural.

Por isso, são necessários outros instrumentos de regulação do mercado, tais como:- a manutenção dos direitos de plantação; a destilação conjuntural; a hipótese de agir sobre a desintensificação da produção (por exemplo, prescindindo da rega da vinha).

Assim como não podemos aceitar que se ponha em causa a natureza do vinho, alinhando com práticas enológicas vindas dos Estados Unidos e da Austrália, que estão em oposição com a nossa definição histórica do vinho.

Também não estamos de acordo com a utilização de mostos importados e misturas com vinhos de países terceiros. Isso é a negação mesmo do equilíbrio do mercado e põe problemas de traçabilidade.

Estamos de acordo com a proposta de abolição da utilização de açúcar no vinho, mas, perante o que está proposto, tal medida não terá nenhum efeito prático.

E tal como é sabido:- “ In Vino Veritas” - há que dizer, sem hesitação, que esta proposta de reforma, globalmente é ameaçadora e não serve!

Por essa razão, ela é inaceitável para nós, e sugerimos à Comissão Europeia que reveja o “núcleo duro” das suas posições.

## **Minhas Senhoras e meus Senhores:**

Nós, CNA, em alternativa, preconizamos a definição de Ajudas Públicas à reestruturação da Vinha, ao controlo da Produção, à promoção da qualidade, a atribuir mediante critérios regionalizados, com aplicação de “modulação” e do “plafonamento” dessas Ajudas em função das áreas e da capacidade financeira dos Produtores ou Empresas que se candidatem.

Isto também significa a rejeição da “teoria” oficial do sistema em torno da alegada “competitividade”, “teoria” que pretende justificar a continuidade, e mesmo o reforço, dos apoios públicos e outros privilégios a concentrar nos grandes produtores e maiores comerciantes do sector

A vitivinicultura é um sector estratégico para Portugal e o país tem condições naturais para o seu desenvolvimento. Foram feitos avultados investimentos na reconversão e melhoria de qualidade.

E, ao falar-se da reforma da OCM Vitivinícola não devemos esquecer o contexto que a oprime ou seja, a Organização Mundial do Comércio.

Por exemplo, é conveniente acabar-se com as restituições às exportações e impedir-se, firmemente, que países como os EUA venham a impor alterações de fundo às práticas enológicas de forma a poderem fabricar e comercializar substâncias alcoólicas designadas como “vinho”...

E como representante de uma Organização Portuguesa, a CNA, não poderei deixar de aqui protestar veementemente contra o “roubo”, ainda recente, das designações tradicionais - “VINTAGE” – “RUBY” – “TAWNY” - do nosso Vinho do Porto, “roubo” efectuado precisamente no âmbito da OMC !

...

Grato pela Vossa atenção.

Bruxelas, 12 de Julho de 2006

João Rodrigues Vieira  
( C N A - Portugal )